



II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Mestrado e Doutorado
Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro.

A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo

Roberto Luís Monte-Mór

Resumo

A urbanização no Brasil sofreu forte inflexão e se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial. Depois de 1950, algumas capitais e cidades médias cresceram rapidamente e a população urbana como um todo passou a crescer a taxas médias anuais superiores a 5%, atingindo um grau de urbanização de 56% em 1970. Ainda assim, a dicotomia cidade-campo era marcada e os espaços urbanos e rurais, distintos em suas formas e processos sócio-culturais, de modo algum se confundiam. Como se modificaram as relações entre cidade e campo no Brasil e como são essas relações no Brasil contemporâneo?

Este artigo discute a emergência e a natureza do “urbano” contemporâneo e suas relações com a cidade, com o campo e com o espaço natural para em seguida tratar das contradições campo-cidade e urbano-industrial. Conclui com a discussão do sentido contemporâneo do *fenômeno urbano* e a (re)apresentação do conceito de *urbanização extensiva*, discutindo suas implicações para se pensar o espaço social no Brasil contemporâneo.

Abstract

Brazil's urbanization changed in nature and was intensified after the Second World War. After 1950, state capitals and middle size cities grew faster, Brazil's urban population showed average annual growth rates above 5%, and the urban population reached 56% in 1970. Nonetheless, the city-country dichotomy was still strong and urban and rural spaces presented quite distinct socio-cultural forms and processes. How did the city and country relationships in Brazil change since those days and how are they today?

This article discusses the emergence and the nature of the “*urban*” in contemporary Brazil and its relationships with the city, the countryside and natural space in order to address the city-country and urban-industrial contradictions. It ends with a discussion about the meaning of the contemporary *urban phenomenon*, the (re)statement of the concept of *extensive urbanization* and its implications to think about social space in contemporary Brazil.

A urbanização no Brasil sofreu forte inflexão e se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial. As transformações iniciadas no período varguista e aprofundadas no governo Kubitschek, transferindo via Estado parte do excedente agrícola para as mãos da burguesia industrial nascente e investindo na produção do espaço para sustentar uma industrialização substitutiva de importações, criaram as condições para um duplo processo de urbanização e industrialização no país. Algumas capitais e cidades médias cresceram muito rapidamente e a população urbana como um todo passou a crescer a taxas médias anuais superiores a 5%, atingindo um grau de urbanização de 56% em 1970. Ainda assim, a dicotomia cidade-campo era marcada e os espaços urbanos e rurais, distintos em suas formas e processos sócio-culturais, de modo algum se confundiam.

Como se modificaram as relações entre cidade e campo no Brasil desde então? Como são essas relações no Brasil contemporâneo? O que significa a urbanização no país? Para responder a estas questões, é preciso perguntar como era o espaço nacional e como se modificou sua estruturação regional e urbana a partir da segunda metade do século XX, confrontando-a com a organização atual. Entender como se (re)definiram as relações entre cidade e campo—e entre cidades e regiões—a partir da ampla industrialização, urbanização e integração do espaço nacional é necessário para termos clareza sobre os processos sócio-espaciais e de (re)estruturação do espaço nacional contemporâneos.

Finalmente, o sentido amplo que se dá hoje ao conceito de *urbano*, de inspiração neo-marxista, precisa ser clarificado para evitar incompreensões e eventuais interpretações anacrônicas que podem mascarar a natureza particular da produção “urbano-industrial” do espaço tal como se observa no Brasil—e no mundo—contemporâneo.

Este artigo discute a emergência e a natureza do “urbano” contemporâneo e suas relações com a cidade, com o campo e com o espaço natural para em seguida tratar das contradições campo-cidade e urbano-industrial. Conclui com a discussão do sentido contemporâneo do *fenômeno urbano* e a (re)apresentação do conceito de *urbanização extensiva*, discutindo suas implicações para se pensar o espaço social no Brasil contemporâneo.

Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo

No início, eram o campo e a cidade. Ou a cidade e o campo, como insistem alguns teóricos contemporâneos¹. A cidade se caracterizou como o espaço do poder, da festa, das trocas e da concentração do excedente coletivo, constituindo a centralidade da comunidade organizada onde se concentraram as instituições, leis e mecanismos de gestão, os serviços religiosos e as manifestações culturais, os monumentos, as trocas no mercado e os serviços coletivos de apoio à vida cotidiana. A existência do território da cidade, entretanto, independia do fato dos membros da comunidade residirem no território delimitado pelo *urbanum*, isto é, pelo espaço construído a partir dos sulcos do arado puxado pelos bois sagrados. A cidade, a *urbe*—magnificada e simbolizada na *urbs* de Roma—passou a ser o território que materializou a sociedade politicamente definida pela *polis* ou pela *civitas* (derivada de *civis*), dando sentido acabado à idéia de civilização.

O campo, espaço natural circundante sempre referenciado a alguma centralidade urbana, constituiu no mais das vezes seu território complementar. Cidade e campo se desenvolveram em relações antagônicas, mas também de complementaridade e a criação do município, outra de nossas heranças romanas, respondeu a este sentido complementar como unidade autônoma de gestão. Marx viu na dominação do campo pela cidade o cerne da divisão do trabalho e das lutas interiores às sociedades: de um lado, o trabalho intelectual próprio das classes dominantes e seus servidores diretos residindo na cidade e de outro, o trabalho manual próprio do campo e da vida agrária, isolada e pouco cooperativa para além das unidades familiares. Cidade e campo, elementos substantivos e constitutivos do espaço

¹ Existe hoje um debate sobre a primazia da cidade face ao campo, colocado inicialmente por Jane Jacobs (1969) e retomado por Soja (2000), entre outros. Segundo essa visão contemporânea, a cidade precedeu o campo e foi condição do seu desenvolvimento. A chamada “revolução agrícola” do período neolítico teria sido precedida (ou acompanhada, em vários casos) de uma “revolução urbana”.

humano, constituíram regiões (e municípios) em sua articulação referenciada à centralidade das cidades, dando assim origem às suas qualificações: o urbano, próprio da cidade, e o rural, próprio do campo (*rus-ruris*). A superação da dicotomia cidade-campo (e conseqüentemente, da dicotomia trabalho intelectual-trabalho manual) foi colocada por Marx como questão central para o avanço da sociedade humana em direção a formas avançadas e solidárias—no limite, o comunismo.

Muitas foram as transformações ocorridas nos últimos tempos—particularmente, nos últimos dois séculos—na cidade e no campo. A cidade, originalmente centro político e mercantil que subordinava o campo por sua dominação político-ideológica (e militar, sem dúvida) e pela necessária realização da produção em suas praças de mercado, sofreu uma transformação radical com a entrada maciça da produção industrial em seu território. De espaço privilegiado da *feira*, do poder e do excedente, obra civilizatória, transformou-se em espaço precípua da própria produção, reunindo classe dominante e classe dominada em um mesmo espaço e assim subordinando definitivamente o campo à sua dominação, agora não apenas por sua organização, mas também por sua maior produtividade. A cidade veio a ser o espaço precípua da vida coletiva e também território da produção industrial moderna, concentrando as condições de produção exigidas pelo processo cooperativo da indústria.

O termo urbano, adjetivo desaparecido por séculos e resgatado no período barroco² passou, com o fortalecimento do capitalismo mercantil baseado nas cidades e no comércio internacional, a designar as características da cidade mercantil e de seus moradores. O mundo da vida urbana logo se modificou para significar o mundo urbano-industrial, seja pela localização da produção industrial no interior do território das cidades, seja por sua influência indireta na articulação de outras cidades e regiões, seja de centralidade urbanas e industriais, seja de lugares centrais de serviços em regiões agrárias. Logo, a vida urbana não mais se referia apenas à cidade, mas também à indústria e ao processo de produção e

² Segundo Antonio Houaiss (2001), o termo *urbano* foi resgatado no português apenas no século XVI referir à cidade-império e no inglês, segundo o Webster's Lexicon (1987), apenas no século XVII para se referir particularmente à cidade-sede do Império Britânico em construção, sendo que mesmo a palavra *city* (do francês *cit e* e do Latim *civitas*) se impôs na língua inglesa apenas a partir do centro financeiro de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo. Raymond Williams (1973, 1983) mostra que a palavra *city* apareceu no século XIII de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas (em lugar de *borough* ou *town*) e qualificando representações do poder: cidade provincial, cidade-catedral, etc.. Para uma breve discussão dos conceitos de *polis*, *civitas*, e *urbs* ver Cardoso (1990) e Carpintero (1998).

consumo de seus produtos, bem como à reprodução das relações de produção capitalistas formadas e desenvolvidas no contexto urbano-industrial³.

O campo, por sua vez, espaço privilegiado da vida e da produção agrária, perdeu seu caráter potencialmente auto-suficiente após sua subordinação total à cidade industrial. Esta subordinação do campo à cidade significou abrangendo não apenas o âmbito da produção e da realização do produto, mas também sua dependência face às crescentes demandas no campo por produtos, tecnologias e serviços ofertados pela cidade. As economias de aglomeração identificadas pelos teóricos da economia urbana e regional (particularmente ressaltadas por August Lösch) garantiram não apenas a concentração das condições gerais de produção requeridas pelo processo produtivo (e reprodutivo) da economia industrial, mas também as articulações sinérgicas no campo da criatividade, da formação de uma cultura urbano-industrial muitas vezes dita moderna que se apossou virtualmente de todo o espaço integrado pelo capitalismo industrial de Estado ao longo do século XX⁴.

Várias foram as tentativas de compreensão das transformações modernas dos meios urbano e rural (qualificativos da cidade e ao campo) a partir das diferenças que as relações de produção capitalistas (urbano-industriais) impuseram a ambos elementos constitutivos do espaço humano. A Escola de Chicago, em suas vertentes sociológica e econômica no início de século XX (que informaram o planejamento e a ciência regional das décadas seguintes), talvez tenha criado o mais influente e mais abrangente corpo teórico para o tratamento das questões urbano-rurais do século passado⁵. Na tentativa de caracterizar e delimitar diferenças entre cidade e campo e assim, entre a vida urbana e rural, seus autores propuseram um *continuum* do meio rural ao meio urbano, definindo modos de vida, analisando padrões de consumo, formas de organização social e de localização, entre outros aspectos da “vida moderna”. A teoria da modernização que se desenvolveu a partir daí na fase expansionista do capitalismo do século XX bebeu sofregamente nas abordagens da

³ Para Lefèbvre (1969, 1999) a entrada da indústria na cidade provoca sua transformação de *obra* em *produto*. A questão da reprodução das relações de produção, particularmente no contexto da produção do espaço (urbano-industrial), é discutida por Lefèbvre (1978, 1991) como condição da sobrevivência do capitalismo.

⁴ Jacobs (1969) “brinca” teoricamente com a complexificação da economia urbano-rural a partir do comando da cidade e Soja (2000) cria o termo *sinérgico* para se referir às qualidades sinérgicas próprias das cidades.

⁵ Os teóricos da Escola de Chicago e seus textos, traduzidos em várias línguas, são amplamente conhecidos. Para uma síntese crítica e extensa (entre muitas outras), ainda que fortemente inespacial, ver Saunders (1984).

sociologia e economia urbano-regional de Chicago tendo como base o que depois viria a ser entendido, criticamente, como a expansão das relações capitalistas de produção no espaço.

De fato, aquela percepção fenomênica, que confundia processos sócio-espaciais com formas ecológicas e características sócio-culturais, foi amplamente criticada pelos neo-marxistas do pós-guerra pela reificação e limitações implícitas em uma tentativa de estabelecer uma “ciência do urbano” ou mesmo, uma “ciência do espaço”⁶. A questão da transformação que se observava nas grandes metrópoles no início do século, tendo Chicago por paradigma, estava muito mais ligada ao avanço das formas de organização sócio-espacial do capitalismo do que às manifestações fenomênicas (chamadas ecológicas) e/ou práticas culturais “próprias” do espaço da cidade. As tentativas de se atribuir aos atributos densidade, tamanho e heterogeneidade a causa e a natureza própria das transformações no *modo de vida* na cidade não resistiram a uma crítica sistemática⁷.

As tentativas passaram então a buscar entender o significado e função específica da cidade—ou do meio urbano—para a acumulação capitalista. Manuel Castells (1983, mas publicado originalmente em 1970) foi muito influente em sua proposição estruturalista de que a cidade seria o lócus privilegiado da reprodução coletiva da força de trabalho reunindo particularmente os meios de consumo coletivo, definindo assim a função precípua do meio urbano no capitalismo. Logo seus críticos insistiram que a função aglomerativa das cidades superava em muito “*a questão urbana*” da reprodução da força de trabalho, estendendo-se à produção de valores complexos ligados às “*condições gerais da produção*” exigidas pelo capitalismo industrial contemporâneo⁸.

A percepção de que algo novo estava presente em regiões urbano-industriais não encontrou, todavia, facilidade de compreensão da nova natureza do espaço social. Henri Lefèbvre propôs, em grandes linhas a partir de 1968, que a dominação da indústria impondo sua lógica de produção centrada no valor de troca sobre a cidade, espaço civilizatório e locus privilegiado do valor de uso da sociedade, teria subordinado a cidade, e

6

Entre as críticas mais conhecidas, ver Castells (1983), Harvey (1975), Gottdiener (1985).

⁷ Louis Wirth (1964), famoso pelo artigo “*o urbanismo como modo de vida*” enfatizou, com Park (1925) e outros autores de Chicago, os aspectos culturais e ecológicos da vida na cidade, em oposição ao campo.

8

Os debates envolveram vários críticos—entre eles, Lojkine (1981) e Topalov (1979)—e o próprio Castells, que escreveu um Posfácio à sua tese onde recolocava de forma mais ampla a questão, enfatizando a aglomeração dos meios de produção em áreas urbanas (Poulantzas, 1976).

todo o espaço social, a esta lógica industrial resultando em uma conseqüente despolitização do espaço social. Alternativamente—e revolucionariamente, poder-se-ia dizer—vislumbrou em 1970 um ressurgimento *virtual* da importância da vida cotidiana e da reprodução no meio urbano face ao industrial que dominava a produção do espaço social desde a cidade industrial no século XIX⁹.

Na verdade, Lefèbvre começou discutindo *o direito à cidade* e questionando sua fragmentação funcional, como a concepção da habitação separada do espaço do poder, separada do espaço do lazer e da cultura, dos centros históricos e da centralidade urbana em si mesma e tratando a questão da habitação como uma função humana e social contida nela mesma e com lógica própria, justificando a expulsão dos pobres e proletários do centro do poder para jogá-los para as periferias—o conjunto Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, é dos exemplos mais em evidência atualmente.

Para ele, foi a explosão das cidades sobre os espaços circundantes, e virtualmente em horizonte temporal a ser delimitado sobre todo o território, que estendeu o meio urbano-industrial à dimensão nacional (e planetária). Lefèbvre fala, assim, de uma *sociedade urbana virtual*¹⁰. Agora, junto com essa sociedade urbana, Lefèbvre diz haver também uma *revolução urbana*. O que seria então essa *revolução urbana*? Ela se expressa, segundo Lefèbvre, na recriação da *práxis urbana*, na repolitização da cidade em torno do valor de uso, na tendência às crescentes restrições que a sociedade contemporânea em construção—que ele chama *urbana*—impõe à lógica industrial, privilegiando ao invés, uma ótica urbana.

Podemos então entender que a *revolução urbana* estaria expressa no fato de que, junto com a extensão do tecido urbano ao campo, assim como das condições gerais de produção (e reprodução) ao espaço regional e nacional, estende-se também aquilo que é mais próprio da cidade; ou seja, junto com o espaço construído (a *urbe*), a infraestrutura, as redes de serviço, a legislação, a organização dos mercados de trabalho e de terras, enfim, junto com as relações de produção capitalistas como um todo se estende também o germe

9

Lefèbvre inicia sua reflexão sobre *a vida quotidiana (no mundo moderno)* e a mudança *do rural ao urbano*, chegando à proposta de uma *revolução urbana*. Questionado, amplia a questão e discute *a sobrevivência do capitalismo* no contexto social da *produção do espaço*. (Ver referências bibliográficas de Lefèbvre).

¹⁰ O termo *virtual* é usado no sentido que Lefèbvre (1999) lhe dá, isto é, como um processo em curso que, mesmo não se configurando como a realidade fenomênica atual, aparece como *virtualmente* inevitável e já integra o presente enquanto potencialidade a se concretizar, enquanto *virtualidade*.

ou o vírus da política (da *polis*) e da cidadania (da *civitas*), a todo o espaço nacional. Assim, a politização o espaço de vida coletiva, antes restrita às cidades, tornou-se questão nacional.

A re-politização das cidades se fez presente, de fato, em todo o mundo, a partir dos anos 1960 e 1970, no centro e na periferia e vários autores começaram a escrever sobre os chamados movimentos sociais urbanos (MSUs)¹¹, surgidos também no Brasil na segunda metade dos anos 70, contribuindo para o processo de abertura na ditadura militar e gerando respostas governamentais no sentido de seu controle e, diriam muitos, de cooptação¹². Movimentos sociais e políticos de naturezas e organizações diversas, desde movimentos voltados para a extensão dos meios de consumo e reprodução coletiva, incluindo o movimento ambientalista, até os movimentos políticos das chamadas minorias. Enfim, movimentos sociais urbanos articulados nas grandes cidades se expandiram durante a segunda metade dos anos 70 e nos anos 80, culminando no Brasil talvez com o movimento pelas *Diretas*, ganhando dimensão política expressiva nas grandes cidades brasileiras.

Entretanto, ao final dos anos 80, já não mais se falava de movimentos sociais *urbanos*, mas apenas de movimentos sociais. A qualificação urbana havia perdido o significado, na medida em que esse processo de politização e de luta pela cidadania, que se iniciou nas cidades, atingiu o campo e as regiões envolvendo: populações agrícolas deslocadas de seu espaço de vida e trabalho—os *atingidos por barragem*; os trabalhadores sem terra, dando origem a um dos mais expressivos movimentos sociais no país—o MST; os seringueiros, organizados num Conselho Nacional e articulados mundialmente; os índios, organizados em mais de uma centena de associações e Conselho Nacional; os *povos da floresta e do cerrado*, articulados em diversas instâncias envolvendo também várias populações extrativas; os garimpeiros; enfim, o conjunto da sociedade para muito além das cidades, atingindo o campo (e a floresta) como um todo.

Assim, é nesse sentido que se pode dizer que o meio urbano deixa de ser o espaço da cidade para se transformar no espaço social total. Essa *urbanização extensiva* passa a ser

11

Castells, inicialmente marcado pelo estruturalismo científico althusseriano e crítico do seu mestre Lefèbvre sobre a politização implícita na *revolução urbana*, foi dos primeiros autores a se rever e estudar os movimentos sociais urbanos na América Latina (1976), na Espanha (1977) e, finalmente, no mundo (1983).

12

O exemplo mais importante foi talvez o Programa Federal (apoiado no estados e municípios) de Centros Sociais Urbanos, ao final dos anos setenta.

uma espécie de metáfora para a compreensão do espaço social contemporâneo penetrado por essas relações urbano-industriais. De fato, o urbano contemporâneo, na perspectiva da dialética da tríade de Lefèbvre, aparece como um terceiro elemento síntese da oposição campo-cidade. No estágio da cidade industrial, quando a cidade domina o campo não apenas política e comercialmente, mas também na sua capacidade produtiva e de geração de riqueza, esse estágio final da subordinação do campo à cidade dá origem a uma terceira dimensão na relação dialética campo-cidade, expressa pelo *tecido urbano*, síntese das duas realidades sócio-espaciais penetradas pelo industrial. Trata-se então de uma sociedade urbanizada a partir da industrialização e do equipamento do espaço, de uma virtualidade planetária, de um espaço social penetrado por uma *praxis* que nasce na cidade, mas que se expande pelo espaço social como um todo. Nesse processo, cidade e campo são redefinidos pela lógica industrial e subordinados à produção e acumulação capitalistas, perdendo suas características substantivas de origem. A qualificação urbana e rural passa a representar resquícios dos espaços sociais substantivos já quase desaparecidos, metáforas de realidades transformadas e integradas ao *espaço total de nossos dias* (Santos, 1994). Nesse contexto, os conceitos de cidade e de campo não mais exprimem realidades concretas e reconhecíveis integralmente no espaço social contemporâneo. A substantivação do qualificativo *urbano*, representando a realidade urbano-industrial atual, passa assim a significar o terceiro termo da tríade dialética, a síntese da contradição cidade-campo.

Por outro lado, a *revolução urbana* significa também colocar limites à produção industrial pelas demandas e exigências da reprodução urbana, ampliando e até deslocando o eixo da luta de classes das relações imediatas capital/trabalho no processo de produção na fábrica para uma luta centrada na vida cotidiana, na qualidade de vida, na cultura. Esta luta centrada na reprodução coletiva tem como parceira central a preocupação e a ação política voltada para a questão ecológica e ambiental, referencial das questões ligadas à reprodução. Esse deslocamento do centro das preocupações da produção para a reprodução e que tem na questão ambiental sua questão maior—a reprodução da vida no planeta—e a subordinação e limites que vem impondo ao industrial passa a ser um dos elementos dominantes na organização da sociedade contemporânea.

Assim, o sentido contemporâneo do *urbano* se prende à resolução da contradição cidade-campo, à superação mesma dos conceitos de cidade e de campo como formas

antagônicas e sua redefinição metafórica no contexto urbano-industrial total de nossos dias. O que chamamos *urbano*, substantivamente, é o *tecido urbano-industrial* que se estende para além das cidades sobre o campo e as regiões, integrando os espaços em um processo que tenho caracterizado como de *urbanização extensiva*. Este processo, além de pressupor uma sociedade virtualmente integrada ao mundo urbano-industrial—a *sociedade urbana*, pressupõe a extensão da *práxis urbana*, da polis (política), da civitas (cidadania) e da própria urbe (enquanto espaço social construído) a todo o espaço social e humano.

O meio urbano e o meio rural no Brasil

O que formava o meio urbano no Brasil do pós-guerra? O meio urbano eram as cidades—grandes, médias, pequenas—sedes das festas religiosas e cívicas, das artes, centros de informação e manifestação cultural nas diversas escalas. Eram também sedes dos aparelhos de Estado, dos poderes políticos, espaço privilegiado das leis, das organizações civis e militares, enfim, o lócus do poder político, jurídico e social. Eram ainda, e principalmente, espaços de concentração dos excedentes coletivos locais e regionais manifestos na forma de valores de uso complexos: serviços urbanos e sociais, monumentos, equipamentos coletivos, sedes dos capitais financeiros, comerciais e industriais e dos poucos serviços avançados de apoio à produção e consumo. Eram as praças de mercado para comercialização dos produtos do campo e da pequena produção manufatureira e industrial e eram também espaços da concentração dos trabalhadores assalariados nos setores modernos da economia onde predominavam as relações capitalistas de produção, o trabalho regulado pelo Estado e o mercado de terras organizado. Os valores de uso próprios da cidade cediam lugar aos valores de troca do capitalismo industrial.

O que era o meio rural? Era o campo, o “rústico”, as relações familiares e de compadrio nas fazendas e propriedades agrícolas de tamanhos diversos, na maioria apoiadas em relações de produção pré-capitalistas, familiares e/ou servis—parceiros, meeiros, colonos, agregados, entre outros. Era também o espaço das culturas de exportação nas grandes fazendas do modelo agro-exportador e o espaço da subsistência dos excluídos, dos não-proprietários, dos jeca-tatús. Assim, o meio rural era também o espaço do coronelismo, do analfabetismo, da ausência de serviços coletivos e dos sistemas de energia, transportes, e comunicações, do não-acesso aos bens industriais modernos—grosso modo, o arcaico, o não-moderno, o território do isolamento e o espaço da não-política.

A nova substituição de importações no governo Kubitschek trouxe uma penetração mais significativa do Taylorismo e a entrada de um Fordismo incipiente; um avanço do planejamento a nível nacional e a nível regional e urbano, a experiência da Sudene e da construção de Brasília e na experiência da Sudene; com a implantação de um Estado do Bem Estar espacialmente seletivo, porque restrito às grandes cidades industriais e algumas cidades mono-industriais, e também seletivo setorialmente, por envolver apenas setores modernos da economia (a indústria, o comércio, os serviços modernos como os serviços

bancários, técnicos e o setor público) e a entrada do capital estrangeiro, limitada e controlada de perto pelo governo federal, gerando uma concentração de esforços, movimentos e possibilidades de transformação nas grandes cidades, e mais particular e fortemente, nas cidades em processo de industrialização.

Essa concentração do desenvolvimento atingiu também grandes centros mercantis e as cidades políticas regionais que comandavam amplas regiões em processos de industrialização ainda incipientes. Foi sobre esse conjunto de cidades, chamado por alguns autores de *arquipélago urbano*, e apenas nelas, que se concentraram as condições gerais de produção exigidas pelo capitalismo industrial no Brasil. Apenas nessas áreas urbanas estavam concentradas as infra-estruturas necessárias de energia elétrica, transportes, redes de comunicação; serviços sociais de apoio, como educação e saúde; a regulamentação do trabalho, com o salário mínimo, as leis sociais do trabalho, os programas de pensão e previdência, assim com a legislação moderna.

Tratava-se, assim, de centros urbanos isolados, na sua maioria cidades capitais que se tornariam metrópoles—cidades-mãe—nas quais os processos de desenvolvimento sócio-econômico resultantes da industrialização e da modernização do país viriam se concentrar. Foi também principalmente para esses centros que as populações do campo e das cidades pequenas e médias se dirigiram em massa fazendo com que o processo de urbanização tivesse forte inflexão nos anos 50, passando de uma taxa média anual de crescimento urbano no país de 3.9% na década anterior a 5.15% na década de 1950, chegando ao seu ápice de 5,22% nos anos de 1960 e atingindo um grau de urbanização de 56% em 1970.

O Golpe Militar nos anos sessenta significou também uma transformação no processo de desenvolvimento econômico e da industrialização. O fim do nacional-desenvolvimentismo atuou num sentido duplo: de um lado, promoveu a concentração econômica e espacial do crescimento, principalmente na segunda fase do período militar quando os recursos disponíveis para investimento foram concentrados nas áreas centrais das grandes cidades e nas cidades médias em industrialização, com vistas a fazer crescer o bolo mais rapidamente. De outro lado, houve um processo de desconcentração orientado pelas necessidades de expandir e integrar o mercado brasileiro para o consumo dos bens de duráveis que as empresas estrangeiras produziam no país e pelas exigências geopolíticas ligadas aos interesses dos militares e às suas ideologias de segurança nacional. Essa

orientação geopolítica militar significou, na prática, uma continuidade do movimento de interiorização do desenvolvimento iniciado nos anos 30 e reafirmado ao final da década de 50, avançando no processo de integração do território brasileiro através da extensão e abertura de rodovias para o Centro Oeste e a Amazônia, estendendo os sistemas de comunicações e transportes para as regiões de fronteira agrícola e fronteiras internacionais do Brasil. Finalmente, o perfil industrial do país transformou-se com a entrada maciça de capital estrangeiro de forma muito mais livre de controles por parte do Estado brasileiro e com as características próprias da industrialização fordista.

Não se tratava mais da indústria de bens intermediários, da indústria de bens de capital, ou mesmo de uma ligeira indústria taylorista/fordista de consumo tal como iniciada no período Kubitschek, fortemente controlada pelo Estado em grau de nacionalização da produção e na remessa de lucros; tratava-se agora de uma abertura para o capital estrangeiro centrado na indústria de bens de consumo duráveis, com a Constituição de 1967 tornando os investimentos estrangeiros mais bem recebidos no país. Além disso, houve grande preocupação em criar e estender as condições gerais de produção exigidas pelo capitalismo industrial ao país como um todo. O II PND marcou essa inflexão enfatizando uma política de produção do espaço: infra-estrutura de transportes e de energia para suporte à produção, além da construção do acesso e das condições de aproveitamento dos recursos naturais. Seguiu-se também à criação e extensão dos financiamentos para a produção de habitações e sua infraestrutura de suporte (ainda que seletiva), dos serviços de saúde e educação ligados à reprodução das camadas médias e da força de trabalho em geral, além da extensão ao território como um todo da legislação trabalhista e benefícios sociais ligados do trabalho: o Funrural, a extensão do INSS e do salário mínimo a todo o espaço nacional.

Aconteceu então uma explosão das metrópoles e de algumas cidades industriais sobre suas regiões imediatas levando assim à institucionalização de regiões metropolitanas: regiões urbanizadas e grandes aglomerações urbanas formaram-se em torno das principais cidades do país. A partir de então, vimos as condições gerais de produção exigidas pelo capitalismo industrial (incluindo as condições de reprodução coletiva da força de trabalho), até então restrito às cidades industriais e metrópoles regionais, serem potencialmente estendidas ao espaço nacional como um todo através do tecido urbano-industrial que avançava ao longo das rodovias e das redes de energia e de comunicação.

Do lado da produção, significou um processo de desconcentração que começou a se mostrar claro na década de 70, quando São Paulo perdeu atratividade relativa e os novos projetos industriais começaram a se distribuir em outros estados e/ou regiões do país. Do ponto de vista do consumo, significou estender as condições para o consumo de bens duráveis (fordistas) ao espaço nacional de forma a viabilizar o parque industrial que se montava. Ou seja, para se consumir automóveis, era preciso existir estradas asfaltadas, ruas calçadas e estacionamentos; para se consumir televisores e o conjunto de eletrodomésticos agora produzido no Brasil era preciso estender redes de eletrificação, telefonia, serviços de reparos, entre outros; para consumir máquinas de lavar era necessário dispor pelo menos de água encanada, mesmo que faltasse a rede de esgoto. Além disso, era preciso que o capital pudesse reconhecer e se planejar nas relações de trabalho e para tal, a extensão da legislação trabalhista no espaço.

De outra parte, a montagem de um sistema de crédito ao consumidor viabilizou a ampliação das classes médias, acompanhada de um discurso que anunciava a eventual extensão do acesso aos bens de consumo de massa a toda a população. Entretanto, dado o grau de concentração espacial e social da renda, logo ficou evidente que essa extensão à sociedade como um todo seria impossível no modelo vigente, reduzindo-se a integração apenas aos setores das classes médias que poderiam constituir mercados para esses bens. Gradativamente, programas habitacionais e programas de acesso a bens e serviços públicos foram sendo oferecidos aos setores sociais que poderiam pagar (setores de renda média e alta), enquanto a população pobre, marginal e/ou de muito baixa renda, continuou excluída dos benefícios do crescimento econômico e da modernização. Isto significou, de um lado, dado o conjunto de interesses organizados em torno da produção do espaço comandada pelo Estado, a extensão das periferias das metrópoles e cidades médias. Diferentemente do modelo anterior, que gerou a concentração de favelas em áreas ilegais nos centros das cidades, o que então se viu foi a proliferação dos loteamentos periféricos, na sua grande maioria também ilegais, mas articulados muitas vezes com o setor público local, com as companhias de serviços urbanos (públicas, diga-se de passagem) de transportes, energia e saneamento, com os proprietários de terras periféricas às cidades, apoiados e/ou financiados pelos bancos.

Enfim, tratava-se de nova rodada de expansão das áreas urbanas, agora não mais ricas e densas, respondendo a uma demanda efetiva como no processo de urbanização dos anos quarenta e cinquenta gerando novos bairros internos ou periféricos à trama urbana, como a Pampulha em Belo Horizonte, Ipanema e Copacabana no Rio de Janeiro, os Jardins em São Paulo e vários outros exemplos na América Latina. Tratava-se agora de uma expansão (dita desordenada) do tecido urbano em resposta direta à invasão da indústria resultando em um território “urbano-industrial” muitas vezes desequipado para receber uma população migrante vinda do campo e de cidades do interior em busca dos benefícios da modernidade e muitas vezes expulsa pela entrada das relações capitalistas no campo.

Essa nova configuração urbano-industrial, que inicialmente significou a penetração das relações capitalistas de produção sobre a periferia das metrópoles e cidades industriais, estendeu-se sobre outras cidades médias e pequenas e o campo que lhes era circunvizinho. Em pouco tempo, essa extensão das relações de produção capitalistas e das condições gerais de produção (e de reprodução da força de trabalho) atingiu *virtualmente* todo o espaço nacional. Essa percepção de um futuro dominado pelo tecido urbano-industrial que se anunciava já informava o famoso texto do Chico de Oliveira (1978) conhecido como o *ovo de Colombo* onde ele afirmou, algo panfletariamente: “*não existem mais problemas agrários no Brasil: todos os problemas agora são urbanos*”, um espelho que se estilhaçou a partir das cidades e se fragmentou por todo espaço nacional, integrando-o às centralidades e aglomerações urbano-industriais. Existia ali certamente um problema de interpretação: não eram os problemas agrários que não mais existiam; estes continuavam existindo e até se avolumavam, ainda que muitas vezes mudando sua natureza em função do processo de industrialização no campo e da transformação das relações de produção na agricultura como um todo, entre outras questões. O que parecia não mais existir, *virtualmente*, eram os problemas rurais ligados à rusticidade, ao isolamento, à desarticulação e exclusão do campo face ao mundo moderno. *Virtualmente*, o meio rural já estaria, ao final da década de 1970, também integrado ao meio urbano-industrial no Brasil.

Parece evidente que esta interpretação algo metafórica não correspondia, ou mesmo pretendia corresponder, a toda a realidade nacional fazendo tabula rasa da questão rural. Certamente, diversas formas de organização social e espacial próprias do campo persistiam e persistem em todas as regiões do país, em intensidades diversas. Na periferia das grandes

metrópoles do Sudeste, espaços mais integrados ao sistema hegemônico urbano-industrial, existiam—e existem ainda—aquilo que chamei “*ilhas de ruralidade*”, isto é, espaços intersticiais onde as forças modernizadoras do capitalismo industrial não penetraram inteiramente e onde formas e processos sócio-espaciais de organização da vida quotidiana e da produção ainda respondiam predominantemente a dinâmicas locais de base agrária e de um meio rural mais ou menos isolado do capitalismo urbano-industrial (Monte-Mór, 1994).

Entretanto, o que interessa ressaltar na interpretação de Francisco de Oliveira é sua percepção precoce de que algo estava mudando definitivamente no país e que a produção do espaço social nacional estava agora sendo comandada pela dinâmica urbana e industrial. “*Todos os problemas são urbanos...*” significava apenas que os grandes problemas do país, a partir de então, se debatiam e se referenciavam a um universo urbano-industrial que desmanchou as formas dicotômicas da cidade e do campo e que agora comanda toda essa dinâmica sócio-espacial, seja na periferia metropolitana, seja no cerrado ou na caatinga, seja em uma reserva florestal ou indígena na Amazônia.

Esse tipo de interpretação, ainda que Oliveira não o reconheça explicitamente, tem suas bases nos estudos de Henri Lefèbvre, na sua compreensão da *sociedade urbana* e da *revolução urbana*, como apresentado anteriormente. É esse processo amplo de urbanização, para além das cidades e atingindo o campo e virtualmente todo espaço nacional, essa síntese dialética que supera a relação cidade-campo dentro de uma lógica coletiva e política, centrada na luta pela vida quotidiana e privilegiando os aspectos da reprodução social, apresentando densidades, tamanhos e formas de organização sócio-espacial variadas mas toda ela dentro de uma lógica urbano-industrial integrada por condições gerais de produção equivalentes e por um consumo coletivo de base industrial, que tenho chamado de *urbanização extensiva*. A urbanização extensiva, na verdade, nasce nas áreas metropolitanas e nas cidades grandes, transborda sobre seu espaço imediato, mas se estende (virtualmente) pelo espaço regional e nacional como um todo, todo ele cortado e integrado a essa centralidade urbano industrial.

A urbanização extensiva no Brasil contemporâneo: questões e desdobramentos

A questão contemporânea da organização sócio-espacial assim colocada passa a ser: no contexto da urbanização extensiva, da sociedade virtualmente urbana e da politização total do espaço, o que acontece com a cidade e o campo? Ou se quisermos, o que acontece com seus adjetivos urbano e rural? O termo urbano, etimológica diz respeito à qualificação da cidade, ligado também ao afável, ao cortês; o rural, por sua vez, diz respeito ao campo, ao campestre, ao rústico. Pode-se então discutir como essas velhas qualidades da cidade e do campo se re-configuraram no espaço social do Brasil contemporâneo. Pode-se ainda falar de rural em uma sociedade que é toda ela virtualmente urbanizada, toda ela articulada e marcada por essa lógica urbano-industrial, por esse tecido sócio-espacial de cunho urbano-industrial?

Entendo que as respostas seriam sim e não; isto é, pode-se desde que qualifiquemos objetivos, conteúdos e sentidos. O rural, tomado no seu sentido campestre, rústico, no seu sentido cultural, evidentemente continua existindo. É o sentido do que chamamos de *roça*, a simplicidade da autonomia em oposição à sofisticação da vida citadina; a *ruralidade* em oposição à *urbanidade*. Existe na arquitetura, por exemplo: pode-se falar de uma casa com um sentido rural, apesar de ser uma casa na cidade que, todavia, tem jaboticabeira, cana caiana e moenda, horta, fogão a lenha, muito distinta da casa urbana modernista de inspiração industrial, ou mesmo dos apartamentos, urbanos por definição. A casa rural na cidade pode ser vista quase como uma manifestação ou transgressão pós-moderna: justapõe tempos e contextos opostos e seria vista no modernismo como uma contradição de termos.

Pode-se falar também do rural enquanto deslocamento para fora da centralidade da cidade, o rural dos lotes quase chácaras onde se busca uma presença mais forte da natureza, uma nostalgia bucólica, uma fuga do burburinho (entre outras coisas) da vida da cidade. Essa presença mais forte da natureza, proposta também na cidade modernista, como em Brasília, pode ser também encontrada facilmente, no entanto, em metrópoles como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, e até mesmo nas *selva de concreto* de São Paulo, ou pelo menos em suas periferias metropolitanas. É certamente encontrável em grandes áreas conurbadas que se desenvolveram a partir de cidades industriais, como Londres, Nova Iorque ou mesmo em áreas urbanas que nunca foram propriamente cidade, como Los Angeles.

Existe sem dúvida um sentido cultural permanente do rural, da roça, e se mantém. Na Amazônia, em na nova cidadezinha planejada de Tucumã, no sul do Pará, um chofer de táxi me disse quinze anos atrás que no final de semana ele “*foge da confusão da cidade e vai pra roça*”. Ele tem muito claro que aquela cidadezinha de seis mil habitantes é distinta da roça da fazendinha dele onde tira leite do gado, chupa cana e, se há hoje energia e água encanada, não há barulho de buzinas ou a fumaça diária dos caminhões de madeira e gado, seu trabalho não é marcado pelo relógio, a cultura da televisão não domina o espaço social e ele pode momentaneamente se isolar da cultura urbano-industrial, mesmo ali hegemônica. Ali, o meio rural é a roça, o campo como fuga temporária da hegemonia urbano-industrial da cidadezinha agrária.

Entretanto, ele pouco se distingue do habitante metropolitano que busca a natureza e o isolamento no fim de semana “*na roça*”, no meio rural. Qualquer chofer de táxi em Belo Horizonte sabe que na sexta feira à tarde o “*caminho da roça*” é congestionado pela saída da BR-040 em direção aos condomínios e sítios de fins de semana no Eixo Sul da área metropolitana. Há muitos habitantes urbanos que têm nesses condomínios sua residência principal e os municípios metropolitanos que os abrigam se esforçam para transformar esses “*espaços rurais*” em “*espaços urbanos*”, para então poderem cobrar IPTU.

Tem-se visto hoje um esforço e um movimento político dos ditos *municípios rurais*, e sua definição não é nem pode ser clara. Há uma confusão inicial entre o rural e o agrário, que o professor Milton Santos (1993) discutiu rapidamente mas que exige aprofundamento. Existe um mundo agrário, ainda que os municípios de base econômica agrária sejam cada vez mais urbanizados, mesmo se residências e atividades econômicas permaneçam em espaços sociais pouco densos e de forte base natural, aos quais ainda se poderia chamar de “*campo*” (assim como ainda se pode chamar as centralidades metropolitanas de “*cidade*”). Entretanto, é evidente a intensificação do duplo processo de industrialização e urbanização do mundo agrário. Se o rural como roça persiste como sentido fundador, como mito, à medida que o urbano-industrial avança sobre o campo e sobre o espaço regional o mito se transforma em simulacro, seja o simulacro do peão boiadeiro, empresário e trabalhador em camionetes e carros de som tocando músicas “*country*” informados por práticas televisivas globalizadas, seja o simulacro do novo rural naturalista, informado pelo sentido alternativo e ecológico gestado nas áreas centrais e periféricas das grandes metrópoles mundiais.

Simulacros da cidade também existiram desde cedo no processo de industrialização que produziu vilas operárias e cidades mono-industriais (como Monlevade, Ipatinga, Volta Redonda e tantas outras), até os conjuntos habitacionais, Vilas Kennedy e “condomínios”, os Alphaville, os “núcleos” de empresas de mineração, de energia, ou de reflorestamento, entre tantos outros exemplos que simulam a cidade, esvaziada mesmo que seja do seu triplo sentido civilizatório: a festa, o poder, e o excedente coletivo.

Em todos os casos esses simulacros são espaços híbridos, mistos de cidade e campo, meio urbano-rural sempre submetidos à lógica industrial, mesmo se localmente simulando uma lógica de reprodução coletiva e ampliada própria da cidade. A novidade que parece hoje importar é a emergência e extensão do *tecido urbano* enquanto continente de uma *práxis* social que confere importância crescente ao sentido público e coletivo da reprodução humana, estendendo a política e a cidadania ao espaço social como um todo.

A extensão do tecido urbano—agora preenhe da política e do sentido associativo próprio da cidade—sobre os espaços rurais e regionais circundantes significa também uma extensão ao espaço social como um todo da longa luta entre a cidade e a indústria, entre a lógica urbana e a lógica industrial que marcou, como vimos, a cidade do século XX. Neste sentido, a contradição principal vem se deslocando gradativamente do velho confronto cidade-campo (trabalho intelectual-trabalho manual) para a esfera da vida cotidiana e do trabalho enquanto processos ligados à alienação da produção industrial, ainda em função da lógica produtivista regida pela acumulação do capital, e a luta pela qualidade da vida cotidiana e das condições do trabalho no contexto do urbano, do espaço da vida coletiva por excelência. Assim, o confronto passa a ser entre a lógica reprodutiva do meio urbano (claramente incluindo a dimensão ambiental), e a lógica produtiva do industrial. Parece evidente que apenas nesse contexto da reprodução ampliada pode-se pensar novas formas de organização social que venham a desafiar a hegemonia acumulativa capitalista.

Posto dessa forma, a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo e da urbanização extensiva desloca a antiga problemática da cidade e do campo para a esfera das formas de organização social no/do espaço segundo novas lógicas centradas na reprodução ampliada da vida. Nesse sentido, questões ligadas à cultura e à ecologia da vida humana

podem novamente ganhar centralidade¹³. Como vimos, a sociologia urbana norte-americana se prendeu também à “cultura” e a formas “ecológicas” para entender a cidade e a relação urbano-rural, mas apoiou-se em três categorias: tamanho, densidade e heterogeneidade. Essa abordagem formal-funcionalista foi amplamente criticada pelos autores neo-marxistas mencionados (Castells, Topalov, Harvey, entre outros), que tentaram mostrar que tais categorias tratavam apenas do fenômeno, do mundo pseudo concreto e da aparência sem desvendar as relações sociais estruturantes dos processos sociais e das formas espaciais, esses sim, intimamente correlacionados entre si. No caso que ora discutimos, as relações sociais não apenas organizam e se organizam no espaço social, mas também reagem, aceitam, rejeitam, adaptam e se relacionam com forças do espaço abstrato, do espaço econômico mundial globalizado manifesto localmente e materializado nos lugares.

Se insistirmos em pensar em *tamanho* como categoria definidora da natureza do espaço humano fica difícil, face à complexidade das múltiplas e diversificadas formas urbano-rurais contemporâneas, das periferias metropolitanas às fronteiras incompletamente organizadas e dos espaços rurais tradicionais às cidades pequenas em transformação, identificar padrões e processos de maior ou menor isotopia, de maior ou menor integração aos processos urbano-industriais globalizados. De fato, quando analisamos comunidades ou municípios, encontramos uma diversidade de tamanhos que pouco nos diz sobre essas relações sócio-espaciais em transformação. Municípios pequenos com grande parte de sua população vivendo em nucleações urbanas são comuns em áreas de tradição industrial, como também em áreas de fronteira. Podem ser antigos distritos que se separaram de outros municípios, podem estar próximos a uma cidade industrial ou a espaços muito urbanizados; alternativamente, encontramos municípios populosos com baixíssimo grau de urbanização. Enfim, tamanho populacional não parece mais ter uma correlação direta com grau de urbanização no Brasil, como o tinha durante o século XX.

Se pensarmos em *densidade*, mais complicado ainda é trabalharmos na escala local. Vemos situações como Ouro Preto ou Sabará, com quase 300 anos de urbanidade que, por serem municípios extensos, apresentam baixa densidade populacional. Outros casos na fronteira mostram municípios antigos, sedes de governos estaduais, que apresentam baixa

¹³ As abordagens ecológica e culturalista da Escola de Chicago merecem uma (re)visita crítica contemporânea tendo em vista a complexidade de formas e processos sócio-espaciais hoje em curso, particularmente em países ainda em processo de industrialização, como o Brasil.

densidade quando comparados a municípios novos e menos populosos, mas com áreas pequenas por seu rápido desmembramento e assim apresentando altíssimas densidades. Mas podemos também encontrar casos opostos: municípios metropolitanos e/ou periféricos de grandes aglomerações urbanas culturalmente ruralizados, cidades dormitório e/ou território privilegiado de condomínios ditos “rurais”, simulacros pós-modernos da vida campestre e rústica com padrões de consumo encontrados apenas nas regiões urbanas mais ricas do país e do mundo.

O terceiro elemento, a *heterogeneidade*, também parece não nos servir atualmente. A heterogeneidade da cultura e da ecologia urbanas do início do século em Chicago pode hoje ser encontrada em municípios de base agrária marcada, em função da multiplicidade dos processos sociais e tempos espaciais reunidos e localmente articulados: pequena agricultura familiar, agricultura empresarial multinacional, mineração, a presença da economia do setor público através de serviços variados, e diversas articulações inter-escalares envolvendo corporações e empresas de serviços/produtos agrários e organizações não-governamentais, entre outros, apresentando grande diversidade de atores sociais e articulações ali concentradas. De forma oposta, podemos encontrar no seio das metrópoles e das grandes cidades comunidades fechadas homogêneas, resultantes da segregação espacial, do isolamento murado, onde a isotopia pode ser mais evidente do que nos municípios chamados rurais.

Assim, parece que a distinção urbano-rural centrada em tamanho, densidade e heterogeneidade não mais nos atende. Então na verdade, do que estamos falando? Por que insistir na distinção campo-cidade ou urbano-rural? Até que ponto essa distinções que eram marcadas, essas dicotomias modernas—cidade-campo, urbano-rural, industrial-agrário—ainda explicam (ou retratam) os processos complexos e híbridos que estamos assistindo? Qual o interesse em se perpetuar essas classificações rígidas?

As relações entre o meio agrário e o meio industrial vêm se transformando celeremente e hoje cada vez mais falamos de processos industriais avançados apoiados em processos agrários por vezes atrasados, por outras, em processo de modernização. Uma fábrica de celulose, por exemplo, que tira sua matéria prima da silvicultura, pode manter níveis de modernização e comprometimento ambiental bastante distintos nos dois espaços de produção, assim como várias outras indústrias apoiadas na silvicultura ou na agricultura.

Por outro lado, vemos um processo de produção agro-pecuária cada vez mais organizado em bases industriais construindo-se a partir da lógica da produção industrial, onde grandes empresas exportadoras e/ou prestadoras de serviços, assim como a economia agrária voltada para a exploração de grandes áreas e produção de *commodities*, pouco se distinguem daquela lógica industrial que dominou as cidades nos últimos séculos, até que a *práxis urbana* e a (re)politização do espaço de vida (re)colocasse limites. A subordinação do campo e do meio agrário à lógica da produção industrial conflita com os pressupostos que o mito da vida rural e/ou campestre construiu pela intensa mercantilização do solo, pela subordinação da população às relações assalariadas capitalistas, pela dominação imposta através de leis e processos gerados no bojo do industrialismo, pela intensificação dos impactos antrópicos sobre o meio natural, enfim, pelos mesmos processos que ocorreram na tomada das cidades pela lógica industrial e que agora se estendem ao campo, subordinando-o de forma semelhante, por vezes, mais extensa e dolorosa dada a fragilidade maior da população isolada e pouco organizada. A extensão dos meios coletivos e da prática política das cidades ao campo—a urbanização extensiva—vem criar novas condições e alento para uma resistência centrada na politização do espaço e na cooperação inter-escalar.

Podemos pensar alternativamente na dimensão local, que marca o sentido do lugar. O local, a escala do lugar, tem importância crescente na sociedade urbanizada face à crescente integração e fragmentação do espaço-tempo-sociedade mundial, significando a materialização do conjunto de forças e processos sociais que agem num lugar específico. O local contemporâneo é o resultado da multiplicidade de tempos e processos sócio-espaciais ali manifestos. De modo similar, podemos identificar escalas diferenciadas. O local pode ser um bairro, um município, ou um conjunto articulado de municípios. O que marca o local, além da definição territorial, é a dominância do cotidiano. Não estamos falando do local quando falamos de redes de interesses articuladas em espaços distantes, ainda que ali também se traduzam. O local tem, todavia, uma territorialidade específica e delimitação, ao mesmo tempo em que expressa a predominância das questões ligadas ao cotidiano, ainda que influenciadas por questões ligadas aos processos do espaço econômico abstrato. O local é então, de fato, uma escala que tem uma espacialidade marcada e uma sociabilidade específica ditada pelo cotidiano.

Por outro lado, esse local que anteriormente estava subordinado a uma centralidade única de comando e articulado nas dimensões regional e nacional, hoje pode se articular diretamente—horizontal e verticalmente—com vários outros locais, de dimensões variadas. O local pode se articular diretamente com o regional, nacional, macro regional, mundial, e a famosa discussão da articulação local/global confere dimensões e possibilidades novas ao sentido inter-escalar. Nesse sentido, o lugar é constantemente redefinido, diversificado, multiplicado e integrado a muitos outros lugares próximos e distantes, podendo implicar tanto uma comunidade inserida em uma região metropolitana como em um espaço natural no Pantanal, em uma comunidade praiana de pescadores, um lugar na floresta amazônica, nos pampas, nas montanhas. Pode-se pensar então em uma multiplicidade de *locais*, mais ou menos centrais e/ou periféricos segundo suas articulações com outros espaços (e outros locais) a que se ligam: periféricamente centrais ou centralmente periféricos, são muitas as possibilidades de combinação e de articulação (das velhas dicotomias).

Outra questão ligada ao local e à escala trata de um sentido diverso: das escalas de produção e consumo. O local, ao assumirmos sua relativa auto-suficiência (necessariamente urbano-rural) há que atingir certa escala de produção e consumo e, segundo o produto e/ou o processo social e econômico em questão, terá dimensões variadas. Seu desenvolvimento vai depender da escala de oferta de produtos e serviços para se articular com alguma auto-suficiência. Dada sua articulação com outros níveis escalares e a penetração dos estímulos externos, exige também uma diversidade crescente. Então, não podemos mais falar apenas em economias de escala, mas há que pensar também em economias de escopo. É preciso que haja uma diversidade maior na dimensão produtiva e do consumo local, abarcando a multiplicidade de processos que a urbanização extensiva permite e vem potencializando.

Na verdade, há já várias manifestações desse tipo: pequenas comunidades de produção agro-ecológica que começam com dois ou três produtos, vão diversificando sua produção e se articulam em uma pauta de produtos e em seu processamento e tratamento para consumo, combinando tecnologias e metodologias, gerando eventualmente novas formas de articulação com outras centralidades periféricas, outras associações, próximas e/ou distantes, cooperativas e/ou competidoras. A complexidade do mundo urbano globalizado virtualmente atinge e redefine cada vez mais a escala do lugar, a escala local.

Por outro lado, há novas e outras formas específicas de associação também em desenvolvimento. A proliferação de associações e consórcios municipais, os projetos de assentamentos, as cooperativas de produtores e consumidores, as organizações várias da sociedade civil permitem novas formas articuladas das especializações locais. Municípios com vantagens comparativas em equipamentos e serviços de saúde podem se articular com outros com tradição na área de educação para ampliar a oferta, o consumo e a diversidade micro-regional. A multiplicidade de demandas e ofertas que caracterizam a vida (urbana) contemporânea parece exigir novas formas de articulação e cooperação, redefinindo assim o próprio sentido, natureza e escala do desenvolvimento local.

Então, o que significa pensar o urbano e o rural hoje? Pode-se pensar segundo lógicas funcionais e culturais *modernas* (antigas), mas estarão sempre presentes o hibridismo e a complexidade das formas e processos sócio-espaciais contemporâneos que tornam as tentativas de classificação dicotômica e rígida um artifício analítico reducionista e limitado diante da complexidade também dos objetos de estudo. Para superar as muitas e crescentes limitações analíticas, metodologicamente requeridas, é necessário ter sempre como referencia uma abordagem crítica da totalidade na qual o objeto está inserido.

Essa totalidade, no meu modo de ver, está ligada à virtualidade da sociedade urbana, expressa no processo de *urbanização extensiva* que reúne a extensão das condições gerais de produção e meios de consumo coletivo ao espaço como um todo—às cidades, ao campo e ao espaço regional—e marcado por um processo de politização crescente do espaço social que tem seu nascedouro na cidade, mas que hoje, para espanto de alguns e esperança de outros, redefine as relações sociais em todo o território. Vemos processos de politização e de construção de cidadania e modernidade (novos sujeitos conscientes de si) que tornam a urbanização extensiva uma metáfora forte para a organização do espaço contemporâneo, tanto através da produção do *meio técnico-científico e informacional* (Santos, 1993) quanto da (re)politização do espaço social e da integração, extensão e integração da cidadania e do acesso ao consumo (coletivo e pessoal). O que restou da cidade e do campo, assim como todos os espaços locais e regionais integrados pela urbanização extensiva, só podem ser entendidos no mundo atual dentro de um marco teórico crítico que abranja as diversidades, complexidades e multiplicidades das formas e processo sócio-espaciais contemporâneos.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Ciro F. S. *A cidade-estado antiga*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- CARPINTERO, Antonio Carlos C. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Tese de Doutorado, Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1972].
- CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos en América Latina: tendencias históricas y problemas teóricos*. Lima: Pontificia Universidad Católica, 1976.
- CASTELLS, Manuel. *Ciudad, democracia y socialismo: la experiencia de las asociaciones de vecinos en Madrid*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1977.
- CASTELLS, Manuel. *The city and the grassroots : a cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- GOTTDIENER, Mark. *The social production of urban space* (1st ed.). Austin: University of Texas Press, 1985.
- HARVEY, David. *Social justice and the city*. London: Edward Arnold, 1975.
- HOUAISS Antônio, Villar M., Franco F.M., Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1a ed. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.
- JACOBS, Jane. *The Economy of Cities*. New York: Random House, 1969.
- LEFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991 [1968].
- LEFÈBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Buenos Aires: Lotus Maré, 1976 [1970].
- LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969 [1968].
- LEFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].
- LEFÈBVRE, Henri. *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. London: Allison & Busby, 1978 [1972].
- LEFÈBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, OX, UK ; Cambridge, Mass., USA: Blackwell, 1991 [1974].
- LEXICON Publications (Firm). *The New Lexicon Webster's dictionary of the English language*. Encyclopedic ed. New York: Lexicon Publications; 1987.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et al. (orgs.) *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J.A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

PARK, Robert Ezra., BURGESS, E. W., MCKENZIE, R. D., & WIRTH, L. *The city*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

POULANTZAS, Nicos & Brunhoff, Suzanne de. *La crise de l'État*. Paris: PUF, 1976.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SAUNDERS, Peter. *Social Theory and the Urban Question*. (2a. Edição) New York: Holmes & Meier, 1984.

SOJA, Edward W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford:Malden: Blackwell, 2000.

TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. Mexico: Editorial Edicol Mexico, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *The country and the city*. New York,: Oxford U. Press; 1973.

WILLIAMS Raymond. *Keywords : a vocabulary of culture and society*. London: Fontana Paperbacks; 1983.

WIRTH, Louis. *Louis Wirth on cities and social life; selected papers*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.